

Moradores querem estrutura para Cidade Continental

Desde que foi inaugurado, há dois anos, o conjunto vive às voltas com problemas que vão desde a falta de segurança ao funcionamento de escolas. O curioso é que na Cidade Continental não faltam escola, delegacia ou posto de saúde. Ali o que falta é demanda populacional para utilizar os equipamentos existentes.

A secretária municipal de Educação, Márcia Lamas, por exemplo, faz campanha no conjunto para tentar arrebanhar alunos para uma escola de 1º Grau. O desconhecimento do índice de ocupação acaba impedindo um melhor gerenciamento

LÍGIA MONTEIRO

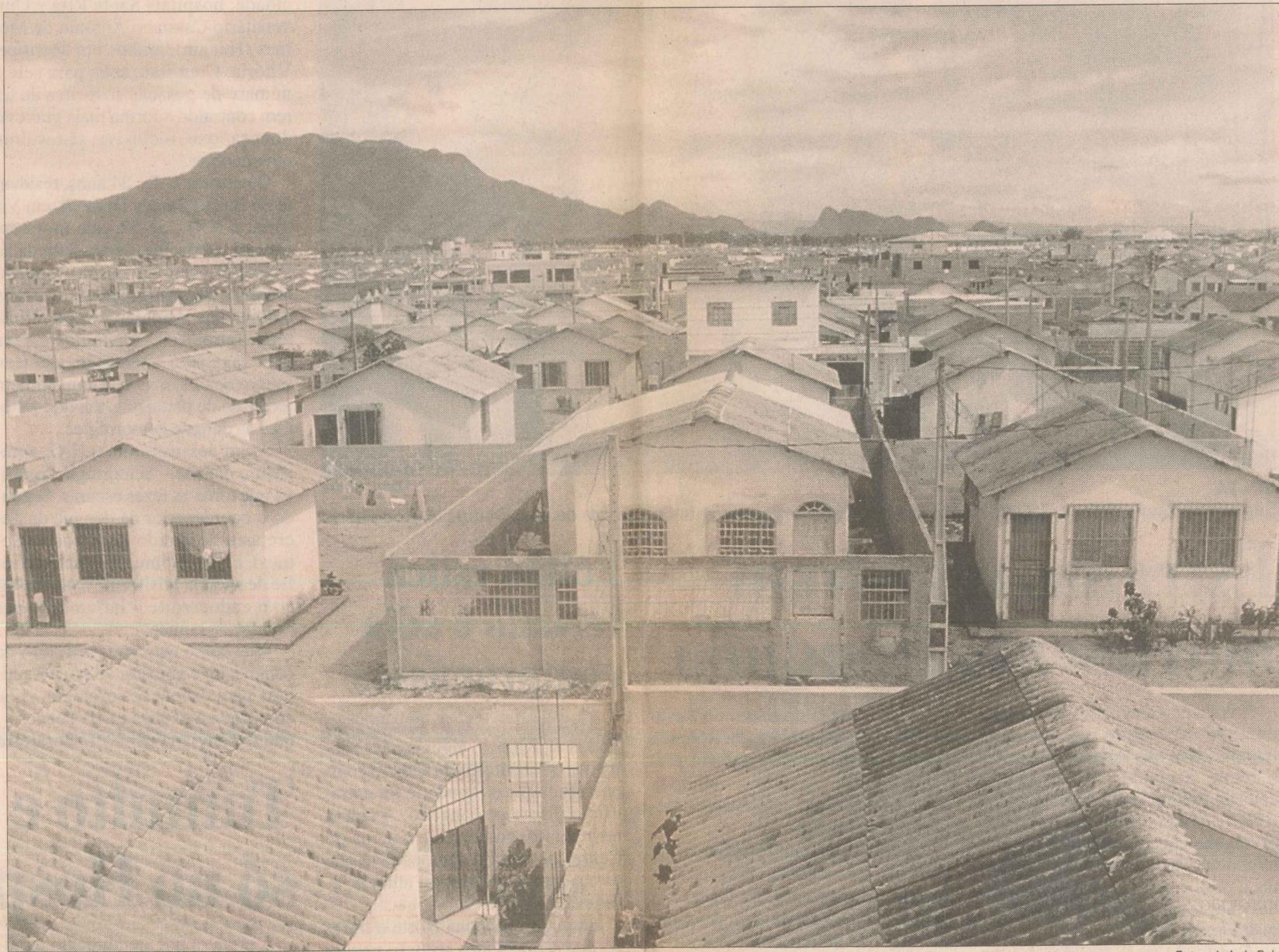
CENA CAPIXABA

Ainda não completamente ocupado e com falta de um gerenciamento centralizado, que lhe confira a unidade necessária

para equacionar os problemas comunitários, os moradores do Conjunto Habitacional Cidade Continental, no município da Serra, reclamam que, desde que foi inaugurado há dois anos, o bairro ainda não conseguiu resolver os principais problemas de infra-estrutura. Iniciativas isoladas, como o início de funcionamento de uma creche e de duas escolas, localizados no setor Ásia e Europa do conjunto, não são suficientes para garantir o atendimento à comunidade.

Às voltas com reivindicações que incluem itens como segurança, limpeza urbana, consertos de ruas, os moradores procuram se aglutinar em torno dos cinco movimentos comunitários distintos que existem no conjunto, e que correspondem aos setores Ásia, Europa, África, América e Oceania. Funcionassem eles como células distintas e interdependentes, encerrando-se em seus domínios as demandas dos seus habitantes, os moradores não precisariam reivindicar que os setores públicos dotassem este ou aquele de melhor atenção.

Ou seja, o nome Cidade Continental, que a princípio passa a



mento no bairro estava fechada.

Outra queixa dos moradores diz respeito ao abandono de algumas áreas. Sem qualquer projeto urbanístico, as praças e canteiros centrais das principais ruas do bairro têm apenas capim que cresce, deixando a aridez de um solo sem verde à mostra. Sandra Maria Fernandes, moradora da rua Sacarov, diz que os moradores volta e meia fazem mutirões para capinar o mato. Acredita que só a reivindicação vai impulsionar o bairro.

Há dois anos morando em Cidade Continental, Sandra não reclama se as casas não têm muros, ou mesmo se têm que cobrar da Prefeitura e do Estado, para que reabra a escola. Integrante do movimento de Mulheres da Serra, ela acha que cobrar é cidadania. Até mesmo em criar opções de renda para as mulheres do bairro, que não têm atividades lucrativas.

Já Baiano, como é conhecido um morador, exhibe a conta de água da Cesan. Lá está o extrato: Consumo, 15 metros cúbicos, R\$ 8,70; taxa de esgoto, R\$ 6,15; tarifa de limpeza urbana, R\$ 4,90; Parcelamento de Tarifa de Limpeza Urbana, R\$ 8,17. Total R\$ 27,92. Baiano é trabalhador braçal e ainda não pode pagar a transferência de uma casa, de três cômodos, onde mora com a mulher e a filha. Ele paga R\$ 70,00 de prestação da casa, que ainda está no nome do dono anterior.

PERFIL - O perfil das habitações que se erguem em Cidade Continental mostra como o bairro vem sendo ocupado. Construído a prin-

mandas dos seus habitantes, os moradores não precisariam reivindicar que os setores públicos dotassem este ou aquele de melhor atenção.

Ou seja, o nome Cidade Continental, que a princípio passa a idéia de um grande aglomerado urbano como o é, enquanto conjunto habitacional, funciona, na visão de quem lá mora, como uma colcha de retalhos, em que o remendo que falta a um, é porque foi usado para tapar o buraco do outro.

Para os moradores do setor Ásia, o fato da Prefeitura Municipal da Serra ter posto em funcionamento a creche no setor América, para atender a 140 crianças do conjunto, não chega a ser suficiente para atender a demanda de mais 200, oriundas de outros setores, segundo a moradora Sueli Costa Reis, que atua como conselheira fiscal da Associação de Moradores do Setor Ásia. Ela diz que a maior queixa dos moradores é que uns setores dispõem de alguns serviços, enquanto outros só estão dispostos em outros.

Segundo Sueli Costa Reis, os setores Europa e Oceania têm posto médico, posto policial e creche, todos fechados, por falta de profissionais. Já no setor América, a creche existente não atende a demanda de outros setores, que acabam ficando sem esse tipo de serviço. Outro exemplo, é que no setor Europa existe uma escola que funciona da 1ª a 6ª série, enquanto que no setor Oceania funciona outra, da 1ª a 8ª série. Ocorre que a escola de 1º Grau Chico Mendes, de responsabilidade da Prefeitura da Serra, localizada no setor Ásia, encontra-se fechada, sobrecarregando a Escola Maria Olinda de Menezes, de responsabilidade estadual, que acaba assumindo a clientela de 1º Grau que deveria estar estudando na Escola de 1º grau Chico Mendes.

Se explicar o desencontro é complicado, os moradores acham pior ainda é ter que se deslocar de um setor a outro para ter este ou aquele serviço.

INFRA-ESTRUTURA – A infraestrutura que existe no bairro para atender as necessidades comunitárias é que não está sendo utilizada plenamente. Ao contrário do que se poderia supor, que para o bairro não foram edificados escolas, postos de saúde e prédios para funcionamentos de delegacias de polícia, não procede. Enquanto na Grande Vitória os postos de saúde e escolas não dão conta da demanda, sobrecarregando, no caso da área de saúde, os hospitais, pode-se dizer que não há demanda populacional para cidade continental.

Nem mesmo os que projetaram o conjunto e foram responsáveis pelo cadastramento e sorteio dos moradores, como a Companhia



Fotos de Luiz Pajau

TRANSFORMAÇÃO

A Cidade Continental, na Serra, foi entregue em 1992 com 2.865 casas tipo embrião. Hoje muitas já foram transformadas em prédios de até 3 andares



DESLEIXO

No setor Ásia, tem até buraco cheio de lixo e esgoto escorrendo pela rua

Habitacional do Espírito Santo (Cohab), sabem ao certo os índices de ocupação. Pela planta baixa do projeto, em poder da líder comunitária Sueli Costa Reis, o conjunto foi projetado para 2.865 casas, assim distribuídas: Oceania, 339; Europa, 503; América, 616; África, e Ásia, 984.

A estrutura prevê ainda quatro escolas, sendo duas estaduais e duas municipais; dois postos de saúde, duas creches comunitárias. Cada escola, para se ter uma idéia da magnitude do que previa o projeto, foi construída para abrigar 1.200 alunos cada uma. Hoje a se-

cretária Municipal de Educação da Serra, Márcia Lamas faz campanha para matricular alunos para a escola de 1º Grau Irmã Cleusa, no setor Europa, que funciona com turmas de 1ª a 8ª séries”.

“O conjunto não tem demanda para a capacidade física das escolas”, diz Márcia Lamas, que enumera também a outra escola municipal do bairro, a 1º Grau Chico Mendes, no setor Ásia, fechada por falta de alunos. A Irmã Cleusa no ano passado não chegou a ter 200 alunos, embora comporte 1.200, ou seja, nem 20% de sua capacidade.



PRESSÃO

Sandra acha que as coisas só mudam se a comunidade pressionar



CRÍTICA

Sueli Costa faz muitas críticas à falta de alguns serviços em vários setores

METROPOLITANO – Segundo informou a secretária municipal de Educação da Serra, Márcia Lamas, está previsto para o início do próximo mês uma reunião envolvendo a Superintendência Regional Metropolitana, para junto com prefeitura da Serra, Ceturb, Cohab e demais órgãos, e comunidades de Cidade Continental, buscar solução para esses desencontros. Segundo ela informou, já existe entendimento junto à Ceturb para a criação de uma linha circular dentro de Cidade Continental.

Essa linha, segundo informou, permitiria planejar melhor o fun-

cionamento dos serviços. Se não há como ativar todas as escolas e colocar todos os postos e creches em funcionamento de uma só vez, Márcia Lamas acredita ser possível, através do transporte coletivo, com tarifas mais baixas, fazer a integração entre os setores.

MORADORES – Os moradores querem soluções para a falta de circulação interna do bairro, e que a Delegacia de Polícia, que funciona precariamente – com efetivo, mas sem viatura – seja aparelhada. Quinta-feira, por volta das 11 horas, a única delegacia em funciona-

mulher e a filha. Ele paga R\$ 70,00 de prestação da casa, que ainda está no nome do dono anterior.

PERFIL – O perfil das habitações que se erguem em Cidade Continental mostra como o bairro vem sendo ocupado. Construído, a princípio, com estrutura simples como os embriões de apenas três cômodos (sala, cozinha e banheiro), chegando a outros para famílias maiores, com dois e três quartos, as casas eram, no entanto, cobertas com telhas de eternit. Não tinham muitos divisores, nem mesmo as escolas e creches.

Mas hoje, no bairro, já é possível se encontrar, misturado aos antigos embriões que nem mesmo chegaram a ser ocupados, residências de três pavimentos, modernamente revestidas com cerâmicas vitrificadas, que traçam um perfil econômico dos moradores bem diferentes daqueles mutuários que se habilitaram a uma casa de conjunto projetado para atender à necessidade de moradia da baixa renda.

FUNCIONAMENTO – A construção do conjunto habitacional Cidade Continental começou em 1992. Depois de inúmeras paralisações, finalmente foi inaugurado em 11 de novembro de 1995. A ocupação do bairro, que até hoje não aconteceu plenamente, foi marcada por demanda judicial entre a Caixa Econômica Federal, o Consórcio Habitacional Capixaba, responsável pelas obras, e a Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab), com o espólio da família de Orzina Ribeiro Araújo, Wédson Simões Gonçalves, que reivindicava a titularidade da terra.

A CEF e o Consórcio Habitacional Capixaba recorreram para derubar liminar da Justiça Federal e retomar as assinaturas de contratos da Cidade Continental com os mutuários capixabas. Logo depois Wédson Simões se propôs a negociar e pediu indenização de R\$ 90 milhões por uma área de 1,8 milhão de metros quadrados, que corresponde à Cidade Continental. Em dezembro de 95 a Cohab suspendeu a entrega das casas.

Em junho de 95, o problema era não mais com o espólio, mas com os mutuários que haviam recebido as chaves e ainda não tinham mudado para o conjunto, dando-lhes prazo obrigatório de 30 dias para que fizesse a ocupação. Em novembro de 95, a Cohab ameaçava retomar os imóveis dos mutuários que venderam suas casas. Foi feita uma vistoria por cinco fiscais da Cohab. Depois a CEF informou que faria avaliação de renda, crédito e posses de quem comprou o direito, a fim de fazer novo cadastro.

Em outubro de 97 tentou renegociar as dívidas com os mutuários, fazendo uma visita aos moradores inadimplentes.